

AS CONVERGÊNCIAS NAS POLÍTICAS EXTERNAS DOS GOVERNOS DUTRA, COLLOR DE MELO E FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: UM ESTUDO COMPARADO

Ana Regina Fakembach Simão¹

I

Ao longo do século XX, a inserção internacional do Brasil respondeu as demandas da industrialização que teve como matriz o modelo de substituição das importações, sobretudo a partir de 1930. Mesmo diante de contextos políticos e econômicos distintos, a política externa brasileira adotou, em geral, uma estratégia de inserção internacional que respondesse pragmaticamente a um projeto nacional, cujo desenvolvimento pode ser considerado o principal motivador.

O nexos entre política externa, inserção internacional e modelos de desenvolvimento econômico está presente na história do Brasil ao longo do século XX. Neste sentido, o que se examina nesta pesquisa é como os três governos brasileiros – Dutra, Collor de Melo e Fernando Henrique – que adotaram modelos econômicos de viés liberal, se inseriram internacionalmente.

Para tanto, este escrito apresentará três seções. Primeiramente se abordará o cenário político e econômico pós-Segunda Guerra e a resposta brasileira neste contexto de construção de uma nova ordem mundial. Em seguida será analisado o quadro internacional pós-Guerra Fria e as políticas externas adotadas pelos governos Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso. Ao final, realizar-se-á comentários relacionados aos modelos de desenvolvimento e aos projetos de inserção internacional.

¹Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É professora e pesquisadora no curso de Relações Internacionais da ESPM – Sul e nos cursos de Ciência Política e Gestão Pública da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA).

II

Na perspectiva da história das Relações Internacionais, com o fim da II Guerra Mundial o equilíbrio de poder multipolar, que durante o século XIX conduziu a política internacional, sobretudo a europeia, ficou diante da emergência das duas novas potências geograficamente periféricas - Estados Unidos e União Soviética -, mas econômica e politicamente centrais, mesmo considerando que a URSS estivesse numa situação mais vulnerável do que os EUA. Naquele momento, sobretudo de início da Guerra Fria, a Europa se configuraria num importante espaço para a operacionalização da política de contenção de Washington, da qual uma nova ordem mundial política e economicamente liberal seria cunhada sob a égide dos Estados Unidos.

Grosso modo, as análises em torno da Guerra Fria sugerem diferentes percepções do conflito. Correntes como a tradicionalista, a história oficial soviética, o revisionismo, o pós-revisionismo e o corporativismo apresentam interpretações distintas daquele período. Em que pese a importância desta historiografia e do debate que dela se estabelece, destaca-se a corrente corporativista, a qual observa que os Estados Unidos desde os 1920, vem desenvolvendo um Estado neocapitalista, fundamentado na autorregulação dos grupos econômicos e respondendo aos interesses do mercado. De acordo com esta corrente, as lideranças norte-americanas procuraram construir uma ordem mundial ao longo do século XX e, sobretudo, após a Segunda Guerra tomando como referência o modelo econômico interno. Neste sentido, a linearidade entre a política interna e externa estadunidense resultaria na construção de uma ordem internacional profundamente influenciada pelo viés liberal norte-americano.

Nesta perspectiva, o Plano Marshall não apenas possibilitaria redesenhar o equilíbrio do poder na Europa, como também responder as necessidades de Washington. A criação de instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial contribuiriam fundamentalmente para a construção de uma nova ordem com base no modelo de desenvolvimento norte-americano. Este projeto político-econômico não apenas objetivaria a condução do capitalismo mundialmente, como visava impedir o avanço das esquerdas e dos nacionalistas na Europa, assim como na própria América Latina.

No Brasil, com o término da Segunda Guerra Mundial e com fim da ditadura

Vargas, a política brasileira iniciara um processo de redemocratização, no qual o General Eurico Gaspar Dutra tomou posse, após ter sido eleito com 55,3% dos votos, com a dupla de partidos PSD/PTB (MOTTA, 1999: 98). O novo presidente, ex-simpatizante do Eixo, se tornara um defensor de Washington e um crítico da influência Soviética. No plano interno, Dutra observava com rigor os movimentos sociais e sindicais. Em março de 1946, baixou o Decreto-lei 9.070, que regulamentava a greve no Brasil. De acordo com este Decreto quase todas as paralisações estariam inseridas na categoria “atividades essenciais”. Como lembra ironicamente Boris Fausto, ao citar um professor de direito do trabalho, “se o decreto fosse obedecido, só seriam legais greves na perfumarias” (FAUSTO, 2000:401).

Na esteira das proibições e da tentativa de se alinhar com a ordem imprimida por Washington, o governo Dutra cassou o registro do Partido Comunista, em maio de 1947, controlando os movimentos de esquerda no Brasil. O governo brasileiro também compartilharia do ideário norte-americano, quando da adoção de uma política econômica liberal, cuja intervenção do Estado era fortemente condenada. O resultado dessa visão seriam políticas anti-industrialistas e de redução dos investimentos do Estado nos Programas de obras públicas, assim como no corte de incentivos ao reequipamento da indústria brasileira.

Naquele momento, o governo brasileiro passou a perceber que para o país dar continuidade ao desenvolvimento e controlar a inflação gerada nos anos de guerra, seria importante a liberdade do mercado e o fim dos controles sobre as importações. No entendimento da política econômica de Dutra, o Brasil era um país essencialmente agrícola, e desta forma se notabilizaria. Isso resultaria numa visão simpática a abertura ao investimento estrangeiro em áreas estratégicas, como a siderurgia e o petróleo.

No que se refere especificamente a Política Externa, o governo brasileiro não apenas promoveu o abandono da barganha, da “equidistância pragmática”², que marcou a diplomacia de Vargas, como também fragilizou parcerias estratégicas importantes para uma inserção internacional autônoma e não subordinada a um único pólo de poder. O próprio rompimento das relações diplomáticas com a União Soviética, em 1947, ilustra a tendência de estabelecer relações unilaterais.

² Equidistância Pragmática, conceito empregado por Gerson Moura na obra “Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942”.

A partir de uma leitura equivocada da nova ordem internacional, o presidente Dutra apostou na relação estreita e unilateral com os Estados Unidos, num momento em que o interesse estadunidense estaria na Europa e não na América do Sul. O equívoco de Eurico Gaspar Dutra e Raul Fernandes, ministro das Relações Exteriores, estaria em considerar os Estados Unidos um parceiro incontestado do Brasil.

O otimismo do governo Dutra com relação ao apoio da Casa Branca aos projetos brasileiros se deve, sobretudo, ao apoio do Brasil aos aliados durante a Segunda Guerra e as reformas liberalizantes que o governo Dutra estaria imprimindo naquele momento de construção da *Pax América*. Como se poderia prever, a resposta de Washington não veio ao encontro dos interesses do governo brasileiro. As demonstrações de fidelidade, de subserviência e de convergências no campo político e econômico não foram suficientes para Truman e Marshall. Os reais objetivos de Washington podem ser ilustrados na Conferência Interamericana sobre Defesa do Continente, em agosto de 1947, quando as duas lideranças norte-americanas estavam presentes no encerramento e Dutra faz um pedido de ajuda econômico-financeira. “A resposta foi bastante elucidativa: Marshall recomendou ao governo brasileiro a utilização prioritária de recursos internos e a criação de um clima propício à atração de capital privado norte-americano” (VISENTINI, 2004:25). Desta solicitação resultou a Comissão Abbink-Bulhões, que nada ofereceu de concreto ao Brasil.

Conforme observa o próprio Abbink num telegrama ao secretário de Estado Dean Acheson: “[...] o governo dos Estados Unidos têm estado preocupado com os problemas urgentes na Europa e Ásia, que uma desastrosa impressão de negligência das relações internacionais tem ganho considerável progresso em todo o Hemisfério, mas particularmente na América do Sul” (MALAN, 1984:67).

A partir do final de 1947, os projetos de política interna e externa do Brasil demonstraram claros sinais de fragilidade. Naquele momento, o governo Dutra mudaria a orientação da política econômica, criando alguns critérios para a importação, situação na qual se favoreceria a importação de equipamentos e máquinas e se restringiria a de bens de consumo.

III

Passaram-se pouco mais de quatro décadas e uma nova mudança do poder mundial voltaria a conduzir a política internacional. O colapso soviético faz com que a expressão “nova ordem mundial” ficasse conhecida internacionalmente. No encontro dos chefes de Estados George Bush e Gorbachov, em Malta, em dezembro de 1989, o presidente norte-americano proclamou que a nova década seria de paz e liberdade econômica e política. O governante norte-americano, entusiasmado com o colapso soviético, que colocara fim na Guerra Fria, e com a crescente abertura dos mercados, apostava na capacidade dos Estados Unidos em se colocar definitivamente como a única potência mundial com força política, econômica, tecnológica e bélica para instaurar a unipolaridade do sistema internacional.

A sensação de vitória dos Estados Unidos após a fragmentação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e a derrubada dos regimes socialistas dos países do leste europeu não se encontrava apenas nos discursos políticos que vinham da Casa Branca ou nas páginas das Revistas de *Business* norte-americanas. Ela ecoaria igualmente na academia, a exemplo das obras do politólogo Francis Fukuyama, o “Fim da História” e o “Último Homem”.

Estas mudanças políticas e econômicas que ocorreram, sobretudo, a partir da segunda metade da década de 1980, forjaram rapidamente as principais linhas que conduziriam o final do século XX, conhecidas como globalização e neoliberalismo. Estes dois conceitos acabaram se configurando, diante da opinião pública internacional, como sendo os grandes paradigmas dos anos 1990.

O sucesso e a expectativa com relação ao mundo que se globalizava, ao desenvolvimento tecnológico que contribuía para uma mudança significativa no mapa da produção industrial mundial e com o Estado, que a partir dos anos oitenta, passou a se afastar gradativamente da economia, deixando-a ‘mais livre’ para satisfazer os interesses econômicos, sobretudo, das grandes atores transnacionais, fizeram com que diferentes sociedades e governos apostassem em saídas que viessem ao encontro dos novos paradigmas – globalização e neoliberalismo.

Estes novos paradigmas passaram a delinear fortemente as relações entre países de diferentes continentes e, sobretudo, de forma especial a relação estabelecida entre os

Estados Unidos e as demais nações do mundo. Segundo o historiador Paulo Vizontini (1999), diante daquele contexto de globalização, países do leste europeu, da África, da Ásia, da América Latina podem ser considerados como os perdedores de tal processo. Enquanto isso, os Estados Unidos, o Japão e os países da Europa Ocidental, sobretudo, Alemanha, França e Inglaterra, reafirmavam a posição de potências dominantes, tornando-se os principais articuladores da nova ordem.

Se de um lado, com o fim da Guerra Fria houve uma perda do espaço político e econômico dos países latino-americanos, africanos e asiáticos; de outro ocorreu uma revalorização da posição dos Estados Unidos como superpotência. Para a manutenção desta difícil e onerosa posição, o governo estadunidense lançou mão de várias organizações internacionais, tais como o Banco Mundial, o FMI, a ONU, a OMC, todos com o objetivo de manter a hegemonia a um custo menor daquele investido nos anos de Guerra Fria.

Contribuindo para o sucesso da nova ordem e adaptando-se as necessidades dos novos tempos, os países considerados médias potências ou recém-industrializados, hoje conhecidos como países emergentes, como o Brasil, o México e a Índia, passaram a desenvolver programas de ajustes neoliberais, embalados pela idéia da modernização e da busca de competitividade internacional. De acordo com este viés, os governos brasileiros dos anos 1990, Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso, procuraram desenvolver políticas externas que revigorassem a relação com os Estados Unidos.

Especificamente no que diz respeito à política externa, o governo brasileiro passou a priorizar a relação bilateral com os Estados Unidos, afastando-se do ideário terceiro-mundista, abandonando o multilateralismo e a autonomia política em favor de uma virtual nova inserção internacional junto às grandes potências. Portanto, era inevitável que fundamentais reformas econômicas de corte neoliberal que o novo governo brasileiro se propunha realizar naquele momento, incluindo uma mudança na matriz da política externa do país, acabassem afetando a continuidade das políticas de integração com os países do Prata, particularmente com o principal parceiro brasileiro, a Argentina.

Assim, a nova política externa brasileira justificava-se através da tese defendida pelo governo de que a aproximação do Brasil com as Grandes Potências, especialmente com os Estados Unidos, era fundamental para a viabilização da inserção internacional

do Brasil neste momento de nova ordem internacional e de economia globalizada. No entanto, esta tentativa de Collor de Melo em querer estabelecer uma aproximação incontestada com os Estados Unidos, se fundamentava – novamente - numa leitura equivocada do contexto internacional. Muito embora os Estados Unidos tenham emergido do fim da bipolaridade como grande liderança internacional e superpotência militar, os tempos eram outros. A economia internacional se encontrava em outro contexto e os Estados Unidos já não eram mais a única superpotência econômica. Outros pólos tecnológicos, tanto na Europa como na Ásia, demonstravam vitalidade e competitividade internacional.

Os dados relativos ao comércio do Brasil com os Estados Unidos ilustram o tamanho do equívoco do governo de Fernando Collor de Melo na condução da política externa brasileira. De 1984 a 1994, as exportações dos Estados Unidos saltaram de US\$ 2,6 bilhões para US\$ 7,8 bilhões, perfazendo um aumento de 212%. No entanto, as importações dos produtos brasileiros obtiveram um crescimento pífio, de US\$ 7,0 bilhões para US\$ 9,0 bilhões, um aumento de pouco mais de 7%. Diante das evidências comerciais, observa-se que o esforço brasileiro em cumprir as metas estabelecidas pelo *Washington Consenso* em nenhum momento foi recompensado pelo governo estadunidense, pois enquanto a importância do Brasil para o mercado de exportação norte-americana cresceu de 1,2% para 1,6%, o que representaria um aumento de US\$ 5,2 bilhões, a participação brasileira no mercado de importações dos Estados Unidos, no mesmo período caíra de 2,3% para 1,3%, representando uma perda de US\$ 5 bilhões em 1994. (BANDEIRA, 1999:92).

O desempenho assimétrico do comércio Brasil – Estados Unidos é apenas um indício da frágil posição que o Brasil e os demais países latino-americanos passaram a ocupar após o fim da Guerra Fria. Outro equívoco do governo brasileiro foi compreender aquele momento de forma automática. E, portanto, entender que o mundo sairia do conflito leste-oeste para a unipolaridade norte-americana. Esta forma de entender o mundo abstrai o fato de que a multipolaridade poderia ser uma tendência na organização internacional, desconsiderando a possibilidade de que outras potências tivessem força no quadro econômico internacional.

Como assinalamos anteriormente, mesmo que os Estados Unidos, logo após o fim da Guerra Fria, continuasse sendo o único pólo estratégico-militar, tinha que

conviver com outros centros econômicos, representados, sobretudo, pela Alemanha e Japão (BANDEIRA, 1999:192). Com isso, a opção pela unipolaridade como forma de inserção na ordem internacional em transição fez com que a política externa brasileira orquestrada pelo presidente Fernando Collor se fragilizasse frente as demandas internacionais.

Um aspecto importante a ser observado é que muito embora o jovem presidente tenha assumido um discurso modernizador, fundamentado no pensamento neoliberal e eloqüentemente afirmado na posse, em janeiro 1990, tal retórica não foi suficiente para melhorar a condição brasileira frente aos compromissos internacionais. “O Plano Collor foi recebido com frieza pela comunidade financeira internacional. Como seria mal recebida sua tentativa de renegociação da dívida externa à base de descontos maiores que os do Plano Brady e concedidos ao México” (NOGUEIRA, 1993:102).

O insucesso da resposta internacional ao Plano Collor obrigou o governo a ajustar o país, ainda mais rapidamente, as estratégias dos credores internacionais e as severas medidas postuladas pelo *Consenso de Washington*. Com a submissão da política externa e interna brasileira frente a tais ajustes, a expectativa do governo brasileiro em conquistar um espaço privilegiado junto aos Estados Unidos, era reaquecida novamente, evidentemente sem o sucesso esperado.

A inserção de Fernando Collor de Melo chegou ao limite do constrangimento. Se considerarmos que, historicamente, a diplomacia brasileira se caracterizou pelo profissionalismo e pela autonomia na condução de suas políticas, alguns episódios ocorridos no governo Collor apontam na direção absolutamente inversa. Para ilustrar, vale lembrar o episódio sucedido na Rodada do Uruguai, no qual o Brasil chegou a apoiar os Estados Unidos indo de encontro a Comunidade Econômica Européia, com relação a questão dos produtos agrícolas. Tal posição foi efetivada muito embora fosse sabido que os produtos brasileiros não tinham nenhum espaço no mercado norte-americano.

Para aprofundar esta relação de subserviência, na reunião de Bruxelas, em 1991, a qual encerraria a Rodada do Uruguai, o Brasil atuou numa posição de coadjuvante dos Estados Unidos contra a Comunidade Européia. Cabe ressaltar que esta posição ocupada pelo Brasil era exercida por países com pouca expressão; de fato, por nações marginais na Ordem Internacional conforme observou Nogueira (1993:114-115).

Portanto, numa tentativa de síntese avaliativa da política externa de Fernando Collor de Melo é possível inferir, dentre outras questões, fundamentalmente sobre dois aspectos. Primeiramente, há que se observar que a política adotada pelo governo promoveu um desmonte nos projetos desenvolvimentistas e “ligados a idéia de “Brasil potência”, como o projeto nuclear e a indústria de informática, assim como a difusão de temas como meio ambiente” (VIZENTINI, 2003:83). A segunda diretriz que mudou com a ‘nova política externa’ brasileira foi o rompimento com o histórico profissionalismo do Itamaraty, que caracterizou esta instituição por décadas e em diferentes governos. O desejo de “globalizar” o Brasil e estabelecer uma relação unilateral com os Estados Unidos, não apenas fragilizou a soberania do país com relação as questões internacionais, como também foi de encontro às propostas do Itamaraty. Este conjunto de ações resultou numa dramática redução da diplomacia, além de comprometer significativamente o capital político/diplomático brasileiro construído ao longo de décadas (VIZENTINI, 2003:83).

Diferentemente de Fernando Collor de Melo que, de forma explícita, aderiu à agenda estabelecida pelo Consenso de Washington sem exigir compensações, Fernando Henrique Cardoso foi habilidoso e discreto em comungar com a nova agenda mundial. Evidentemente, o aprofundamento deste modelo de relações exteriores exigiu um ônus, que se expressou através da fragilidade ou, até mesmo, da ausência de uma política internacional própria, conforme assinalamos acima. Mas tal ônus também pressupôs a necessidade de realizar reformas de Estado consideradas fundamentais para o desenvolvimento do país. Para cumprir esta agenda interna, Fernando Henrique Cardoso optou por realizar uma sólida aliança entre PSDB – partido de centro-esquerda identificado com os ideais da social-democracia – e o PFL, partido conservador que guardava em suas origens históricas a influência do coronelismo brasileiro.

No entanto, independente deste viés neo-conservador que o governo Fernando Henrique Cardoso possa ter traçado, tanto na condução da política externa como interna, sua respeitabilidade internacional, decorrente de uma sólida carreira acadêmica e a confiança interna conquistada, sobretudo, através da estabilidade econômica, possibilitariam ao presidente Fernando Henrique as condições ideais para a edificação de uma diplomacia marcada pela sua atuação pessoal nos processos de negociação. Portanto, para FHC, eleito num contexto de nova ordem mundial e de nova *pax*

americana – onde os Estados Unidos emergem após o fim da guerra fria como única superpotência, reunindo força militar e hegemonia estratégica global –, a adesão a uma agenda internacional identificada com os interesses do FMI e do Banco Mundial se tornaria um desafio e um discreto *desiderato* de seu governo.

Possivelmente para dar conta deste novo projeto de política externa, o presidente Cardoso se empenhou em esvaziar o Itamaraty de suas funções clássicas, criando uma eficiente diplomacia presidencial. Diante da euforia dos anos 1990, o Itamaraty se tornou uma instituição resistente aos novos projetos de inserção internacional brasileira, atuando em favor da manutenção daquele projeto nacional-desenvolvimentista que se expressara através de políticas de inserção internacional baseada no ocidentalismo e terceiro-mundismo.

Portanto, para o novo governo, qualquer projeto de política externa que visasse a conquista de um espaço autônomo da política internacional, valorizando a relação Sul-Sul como forma de fortalecer os interesses dos países em desenvolvimento, se tornaria inviável diante das demandas políticas e econômicas internacionais, marcadas pela agressividade do setor comercial e pela própria opção governamental de se adequar a este cenário. Para Fernando Henrique Cardoso, tal projeto de inserção internacional de viés terceiro-mundista tinha como fundamento um conceito de Estado Empresário que estava “ultrapassado” e sem condições de dar respostas efetivas às novas necessidades locais, regionais e mundiais.

O multilateralismo se concretizaria através de acordos bilaterais com países de diferentes pólos econômicos e políticos. Na esteira destes acordos bilaterais, ressalta-se a relação do Brasil com o NAFTA, com a União Européia, com a China, com os Tigres Asiáticos (Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura), com a Índia e com a Malásia.

Muito embora a diplomacia presidencial de Fernando Henrique tenha se esforçado em ampliar as relações comerciais e políticas com os países emergentes, a prioridade brasileira, no entanto, continuava sendo as Grandes Potências e os Organismos Internacionais. Conforme observa Vizentini, muitos acordos foram descumpridos pelo Brasil ao primeiro sinal de problema. Como exemplo, ressalta-se o caso da Índia, quando o Brasil “renunciou unilateralmente ao acordo de cooperação

tecnológica com a Índia quando este país realizou testes atômicos” (VIZENTINI, 2003:97).

A atitude brasileira em priorizar a relação com as Grandes Potências e com os Organismos Internacionais estaria de acordo com o novo conceito de multilateralismo, que a partir dos anos 1990 passou também a representar o ideário neoliberal. Um dos traços daquele novo conceito de multilateralismo foi a excessiva dose de idealismo. O mundo interdependente e globalizado passou a ser visto pelos governos afinados com o novo ideário como um espaço “feito de regras justas, transparentes e benéficas para todos”. (CERVO, 2008:102) Este idealismo é característico dos governos neoliberais da década de 1990. Como notaria causticamente o historiador Amado Cervo sobre tal postura “em determinado momento se percebe que pode ultrapassar o idealismo e atingir o nível da fé, longe da racionalidade” (2008:102).

Coube, assim, a Fernando Henrique Cardoso, com sua habilidosa diplomacia, colocar o Brasil em sintonia com a globalização e com o multilateralismo marcado pela “visão de um mundo harmonioso e padronizado, cujo ordenamento brotaria da negociação” (CERVO, 2008:103). Esta percepção de ordem internacional se revelou utópica, pois correspondeu muito mais a um desejo dos chefes de Estados das Grandes e Médias Potências do que a realidade política e econômica do mundo pós-Guerra Fria.

Com foco na aproximação e na adaptação brasileira as demandas internacionais, a política externa de Fernando Henrique Cardoso, em 1998, ratificou o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP). Segundo a avaliação, demasiadamente otimista, do Ministro das Relações Exteriores da época, Luiz Felipe Lampreia, esta foi uma atitude de grande importância e visibilidade para o Brasil, especialmente pelo fato de ter terminado com os problemas e constrangimentos que prejudicavam a inserção internacional do país (CORREIA, 1999:13-14). Vale registrar que a percepção do Ministro Lampreia acerca da atuação da política externa brasileira nesta questão, está longe de ter sido consensual entre os especialistas na área.

Observa-se, de fato, que a estratégia política do Brasil em ser signatário do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) foi inócua do ponto de vista objetivo e prático, pois não representou nenhuma melhoria ou novas possibilidades econômicas e políticas para o país no cenário internacional. Talvez esta atitude tenha apenas reforçado a imagem de chefe de Estado do presidente Fernando Henrique

Cardoso. A posição do governo brasileiro com relação ao TNP demonstraria, enfim, submissão aos interesses internacionais, sobretudo norte-americanos. Lembremos que, no dizer de Oliveiros Ferreira, “a decisão de chegar ao domínio completo do ciclo do átomo e de dotar o país de tecnologia de foguetes, era, estou convencido, uma política de Estado” (FERREIRA, 2001:21).

Cabe ressaltar, por fim, que a adesão brasileira ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), em julho de 1998, ocorreria num momento em que uma das marcas do governo era exatamente a inexistência de um projeto nacional que fosse estratégico na área de tecnologia bélica. O Brasil e a Diplomacia Presidencial da era FHC estabelece, desta forma, uma inflexão na política externa brasileira. Com os investimentos do Estado sendo gradativamente retirados das áreas estratégicas e um comportamento pró-ativo em abandonar as antigas políticas do Itamaraty, o país ao aceitar ser signatário do TNP, caminharia na contramão da política externa autônoma que marcou vários governos brasileiros ao longo, sobretudo, da segunda metade do século XX.

IV

Nesta seção é preciso retomar alguns aspectos: primeiramente propomos estudar três governos que se desenvolveram em cenários internacionais distintos – primeiro um contexto de início de Guerra Fria, em que os Estados Unidos se colocaria como o principal ator na construção de uma nova ordem, e segundo em uma realidade de Pós-Guerra Fria, a partir de 1989, delineada pelo colapso soviético e pela busca norte-americana em se recolocar no sistema internacional como a única super-potência, tentando estabelecer uma unipolaridade. Mas, em que pesem as profundas diferenças de realidades, dois pontos são comuns: a mudança na ordem internacional, seja em 1945 como em 1989, e a busca de Washington em edificar uma “nova ordem” internacional a partir do seu modelo de política e de economia.

Outro ponto refere-se à política econômica adotada pelos três governos brasileiros. Guardada as devidas diferenças, os governos Eurico Gaspar Dutra, Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso se empenharam em adequar a política econômica brasileira à tendência internacional, cujo liberalismo norte-americano se tornaria o grande modelo a ser seguido. Portanto, outro aspecto a ser observado é como

a política externa e, especificamente, como a forma de inserção internacional do Brasil se deu através destes governos, cujo modelo de desenvolvimento era de viés liberal.

Observa-se que todos os três presidentes, com suas distintas diplomacias, de maneira mais ou menos severa, romperam com os vetores já considerados históricos na política externa do Brasil: a autodeterminação, o multilateralismo, as parcerias estratégicas, o pragmatismo, o desenvolvimento e a independência da inserção internacional. Nas três situações houve, possivelmente, um equívoco de interpretação da conjuntura internacional, ao se supor que a relação com os Estados Unidos seria praticamente “automática”, partindo da premissa de que o Brasil era um parceiro disciplinado, na medida em que adotava, nas três situações, medidas internas e externas adequadas aos interesses norte-americanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Roberto. **Relações Internacionais e Política Externa Brasileira**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Relações Brasil-EUA no contexto de Globalização**. São Paulo: Senac, 1999.

_____. **Estado Nacional e Política Internacional na América Latina**. São Paulo: Ensaio, 1993.

_____. **Brasil, Argentina e Estados Unidos. Conflito e integração na América do Sul. Da Tríplici Aliança ao Mercosul. 1870-2003**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BRESSER-PERREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e Crise no Brasil. História, Economia e Política de Getúlio a Lula**. São Paulo: Ed. 34, 2003.

CERVO, Amado Luiz (org.) **O Desafio Internacional: a política exterior do Brasil de 1930 até os nossos dias**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1994.

_____. **Inserção Internacional. Formação dos Conceitos Brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

CORRÊA, L. F. Seixas. O Brasil e o mundo no limiar do novo século: diplomacia e desenvolvimento. **Revista Brasileira de Política Internacional**. V. 42, nº 1, 1999.

FERREIRA, Oliveiros S. **A Crise da Política Externa: Autonomia e Subordinação?** Rio de Janeiro: Revan, 2001.

FONSECA Jr, Gelson. **A Legitimidade e Outras Questões Internacionais.** São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FUKUYAMA, Francis. **Fim da História e o Último Homem.** Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

HUNTINGTON, Samuel. **O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial.** Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

JAQUARIBE, Hélio. **Reflexões sobre o Atlântico Sul.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

KENNEDY, Paul. **Preparando-se para o século XXI.** Rio de Janeiro: Campus, 1993.

LAFER, Celso. A Política Externa no Governo Collor. In: **Revista de Política Externa**, São Paulo: Paz e Terra/USP, V.1, n.4 Março, Abril, Maio de 1993.

_____. Dilemas da América Latina num Mundo em Transformação. In: **Lua Nova – Revista de Cultura e Política**, São Paulo: Centro de Estudos Contemporâneos, n.18, 1989.

MALAN, Pedro. Relações Internacionais do Brasil (1945-1964) In: FAUSTO, Bóris (org) **História Geral da Civilização Brasileira.** Vol. 11. São Paulo: Difel, 1984.

NOGUEIRA, Paulo Batista. A política externa de Collor: Modernização ou retrocesso? **Política Externa**, Vol. 1, Nº4, São Paulo: Paz e Terra, 1993.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. **Política Externa Brasileira.** São Paulo: Saraiva, 2005.

VISENTINI, Paulo. **Relações Exteriores do Brasil (1945-1964). O nacionalismo e a política externa independente.** Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. **A Política Externa do Regime Militar Brasileiro: Multilateralização desenvolvimento e a construção de uma potência média (1964-1985).** Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998.

_____. **Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.